



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.593.111/0001-14

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 016/2024

OBJETO:

Trata o presente de resposta a Impugnação apresentada pela empresa W4M – AUTOMOÇÃO E CONTROLES LTDA interposta contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico N.º 016/2024, informando o que se segue:

O município de Abadia dos Dourados – MG, após o devido procedimento legal preparatório exigido pela lei 14.133/21, elaborou Edital de licitação para contratação de empresa especializada para fornecimento de software para gestão de sistema integrado, com prestação de serviços mensais de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção que garantam alterações legais corretivas e evolutivas, conforme explicitado no termo de referência.

O Edital, datado de 18/09/2024, composto de 38 páginas foi devidamente publicado no site do município, AMM e no PNCP, com previsão inicial de abertura em 18/10/2024, com prorrogação para 01/11/2024.

A empresa W4M – AUTOMOÇÃO E CONTROLES LTDA por intermédio de advogado protocolou em 28/10/2024 Impugnação ao Edital que agora constitui objeto de análise e decisão por este pregoeiro.

1 – Conteúdo da Impugnação

A impugnante invoca os seguintes vícios do Edital:

- a) Indevida comprovação de requisitos com inobservância do art. 63 da Lei 14.133/21, especificamente com exigência indevida de profissionais com formação específica na fase inicial de participação com quebra dos princípios da isonomia, competitividade e razoabilidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.593.111/0001-14

- b) Incompatibilidade entre o prazo contratual e o prazo de validade das propostas. A previsão de prazo contratual para 31/12/2024 será inferior a 60 dias.
- c) Necessidade de banco de dados com adoção de “Sistema único e integrado de execução orçamentária, administração financeira e controle – SIAFIC, em conformidade com exigência do Decreto nº 10.540 de 05/11/2020. Afirma omissão do edital nessa exigência.
- d) Indevida transferência de responsabilidade pelo lançamento de dados ao SICOM, com violação ao princípio da responsabilidade administrativa.

Fecha a impugnação com quatro pedidos: a) modificação dos dispositivos do edital que impõe a comprovação de requisitos na fase inicial; b) revisão do prazo contratual; c) inclusão no edital de exigência de que o sistema contratado seja mantido em banco de dados único; d) alteração do edital para fixar a responsabilidade da contratante pelo lançamento e controle dos dados no SICOM.

2 – Análise e fundamentação

A impugnante não se dignificou a informar os itens do edital que contém os vícios mencionados e sobre os quais reside a pretensão de alteração.

A não especificação dos itens do edital que devem ser alterados torna o pedido incerto e duvidoso. Todavia, como o processo administrativo é informado pelo princípio do informalismo (art. 2, parágrafo único, inciso IX da Lei 9784/99) aplicável ao município, até mesmo por não ter legislação própria sobre a matéria, este pregoeiro fará esforço para identificar os itens do edital inerentes à matéria impugnada.

2.1 Imposição de requisitos na fase inicial, profissional qualificado.

Salvo melhor juízo, não há no edital item que requer envio de documentação de habilitação técnica no momento inicial do procedimento. A propósito, os itens 7.14.1, 7.15 e 7.15.1 explicitam que os documentos de habilitação devem ser encaminhados no



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

**ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.593.111/0001-14**

prazo máximo de 02 (duas) horas da solicitação do pregoeiro, após o julgamento e já declarado vencedor do certame.

Só esta razão é suficiente para indeferir o primeiro pedido da impugnante. Por outro lado, o Termo de Referência, ao definir o objeto da licitação recomendou a exigência de profissional da área de nível superior, o que foi exigido no item 7.3.13 do edital. A impugnante entende que tal exigência é desnecessária e ferina aos princípios da isonomia e competitividade.

Não se pode obviar que o objeto da contratação requer habilidade da empresa contratada para não só instalar, implantar, treinar, mas também promover alterações corretivas e evolutivas no sistema. Trata-se de serviço de complexidade relevante, e para cumprir o princípio da eficiência não se pode contentar com profissional de nível médio que lidam com questões técnicas de forma trivial. Contudo, para promover alterações evolutivas no sistema requer a atuação de pessoa qualificada, com formação adequada, em nível superior. Portanto, é dever da administração buscar qualificação técnica adequada para cumprimento do princípio da eficiência, consagrado no “caput” do art. 37 da Constituição da República.

2.2 Prazo contratual

No segundo item da impugnação pede a revisão do prazo contratual, por não decorrer nem mesmo 60 dias da proposta.

O edital, no item 4.7 prevê que “o prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data da sua apresentação.” Mas cabe enfatizar que o edital foi confeccionado em setembro do corrente ano. Agora, na atual conjuntura nem mesmo o contrato terá prazo de 60 dias.

A lei 14.133/21, no seu art. 106 permite a celebração de contrato de serviços continuados por até 05 (cinco) anos, e no art. 107 a possibilidade de prorrogação por mais 05 (cinco) anos, perfazendo hiato temporal decenal.

Como estamos em período de transição, eticamente, não é recomendável a contratação por longos períodos, até mesmo para permitir ao prefeito eleito a avaliação do serviço prestado. Portanto nesse aspecto merece a procedência da impugnação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

**ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.593.111/0001-14**

2.3 Exigência da manutenção de banco de dados único

A impugnante invocando o decreto nº 10540/2020 pleiteia modificação do edital para “incluir a exigência de que o sistema contratado seja mantido em banco de dados único.

Realmente o decreto nº 10540/2020 do Governo Federal ao dispor sobre “o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado e Execução Orçamentária, Financeira e Controle” normatiza no seu arti. 1º a aplicação a todos os entes federados, conforme o disposto no art. 48-A, da Lei Complementar 101/2000. Contudo essa exigência já consta no Termo de Referência anexo ao Edital.

3. DA DECISÃO

Em face da presente impugnação do teor do edital e tudo mais que do processo consta o pregoeiro decide:

3.1 – Indeferir o pedido constante da alínea “A” do pedido, pois o item 7.14.1, 7.15 e 7.15.1 do edital exigem o envio da documentação de habilitação apenas da licitante vencedora, ou seja, após o julgamento, tudo em conformidade com o inc. II, do art. 63 da Lei 14.133/21.

3.2 – Julgar procedente a impugnação constante da alínea “B”.

3.3 – Julgar improcedente a impugnação constante da alínea “C” do pedido, pois o termo de referência explicita tal exigência nos termos do disposto no Decreto Federal nº 10.540/2020 e art. 48-A, da Lei Complementar 101/2000.

3.4 – Indeferir a impugnação constante da alínea “D”, pois há no edital a aludido transferência.

Abadia dos Dourados – MG, 31 de outubro de 2024

Fernando Pereira Borges
Pregoeiro Municipal